

FEMINICÍDIO

Morta após dar carona a assassino

Bertha Soares foi estrangulada e jogada em uma área de mata por um conhecido seu, em Ceilândia, há dois dias. Segundo a Polícia Civil, o acusado estava em prisão domiciliar e usava tornozeleira devido a ter matado uma mulher

» DARCIANNE DIOGO

Aos 27 anos, Bertha Victoria Kalva Soares teve os sonhos interrompidos para sempre. Na noite de sexta-feira, segundo familiares, ao sair para comprar cigarros e bebidas, próximo a sua casa, em Ceilândia, ela encontrou Edilson de Sousa Nascimento, 35, conhecido da jovem e também vizinho. Ele pediu uma carona a ela e, no caminho, a matou estrangulada e jogou o corpo em uma mata próxima, segundo investigações da Polícia Civil (PCDF). O suspeito foi preso, ontem, por agentes da corporação, que tratam do caso como feminicídio.

A vítima, que morava com a namorada, enviou mensagem à companheira informando que iria dar uma carona a um conhecido, segundo contou a mãe de Bertha — Iracira Márcia Kalva, 57 — ao **Correio**. “Logo depois, só sabemos da fatalidade. Ainda não temos a certeza do que ocorreu. E se foi de outra forma? Nós acreditamos no trabalho da polícia”, declarou a professora aposentada.

As investigações da 19ª Delegacia de Polícia (P Norte) revelaram, com base em trocas de mensagens e depoimentos de testemunhas, que o acusado e a moça se conheciam há cerca de três dias. Nascimento havia se mudado para a região há

Arquivo pessoal



Iracira (D) sobre a filha (E): “Ainda não temos certeza do que houve”

pouco menos de dois meses e era desconhecido por parte dos familiares da jovem. “Eu nunca o vi, mas sei que ele tem ocorrências por homicídio. O nosso desejo, agora, é por justiça”, disse a mãe.

Morte

A motivação do crime está sob investigação. Até agora, a polícia sabe que, depois de cometer o feminicídio por estrangulamento, o investigado jogou o corpo em

Material Cedido



Depois de matar a assistente social, acusado ateou fogo no veículo

uma área de mata, em Ceilândia. E, posteriormente, ateou fogo ao veículo dela, um Uno Mille prata.

Militares do Corpo de Bombeiros foram acionados para apagar as chamas que haviam tomado o automóvel, no Condomínio Vista Bela, às 23h51. De acordo com a corporação, o fogo foi controlado rapidamente. E, em seguida, os bombeiros receberam um novo chamado. Dessa vez, para verificarem a existência de um corpo que estava perto de onde o Uno havia sido incendiado.

Aprisão de Nascimento — que de acordo com os policiais da 19ª DP é o responsável pelo assassinato de Bertha — deu-se no Condomínio Bela Vista de Ceilândia. A PCDF acrescentou que ele

teria um antecedente criminal, com o registro de estupro seguido de feminicídio. Devido a esse outro crime foi condenado à cadeia em 2013, mas colocado em prisão domiciliar, com uso de tornozeleira, em fevereiro deste ano.

Legado

A mãe de Bertha relata que recebeu a notícia, por chamada telefônica, feita por uma amiga. “Ela me disse para eu ir para lá (onde a jovem morava) porque tinha um problema com minha filha, mas eu imaginei que fosse qualquer outra coisa, menos isso.” No local, a professora aposentada foi informada por um policial do ocorrido com a

assistente social. “Minha filha queria evitar situações das quais ela mesma foi vítima. A gente conversava sempre e ela defendia questões de gênero e raciais, e abordava assuntos de violência contra a mulher”, contou.

Bertha era a caçula de três irmãos e se preparava para passar em um concurso público, depois da formação na carreira profissional que escolheu. Ela chegou a trabalhar, como voluntária, em uma escola pública da região. Paralelamente, dedicava-se aos estudos em busca da aprovação em um cargo como servidora pública. “Quero apenas ter boas lembranças da minha filha”, desabafou a mãe.

Feminicídios

O caso de Bertha é tratado como feminicídio, o que fez o DF chegar ao número de 21 vítimas. Na quinta-feira passada, outra jovem se somou aos casos de violência de gênero. Maria Mayanara Lopes Ribeiro, 21, foi espancada e esfaqueada, em casa, no assentamento Rosa Luxemburgo, em Samambaia Norte. O acusado do crime é o companheiro dela, Daniel Silva Vitor, 43, preso três dias depois.

Em 2023, o total de mulheres assassinadas na capital federal chegou a 31, segundo o painel da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF).

ASSUNTO P

Justiça do DF é ágil com feminicidas

» LETÍCIA GUEDES

A advogada, Kênia Sousa esbanja sorrisos ao falar da sua única filha, Letícia Sousa Curado. Contudo, o vazio no olhar escancara a dor de havê-la perdido assassinada há cinco anos. “Nós éramos grudadas. Depois do ocorrido, só consigo me questionar: como viver uma vida sem Letícia?”. O assassino está preso e condenado. E não é exceção no Distrito Federal. A taxa de condenação de feminicidas julgados na capital do país, entre 2022 e outubro passado é de 96%, segundo o promotor de Justiça e coordenador do Núcleo de Defesa da Vida do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Raoni Maciel. “Seguramente, é uma das mais altas do país e sem cifra oculta. Aqui, não temos casos a esclarecer”, afirmou.

Aos 26 anos, em agosto de 2019, Letícia foi asfixiada e morta. Ela deixou um filho, à época com três anos. Marinésio dos Santos Olinto, 43, que admitiu a culpa foi a julgamento 22 meses depois do crime. Ele foi condenado a uma pena de 37 anos em regime inicialmente fechado, sem possibilidades de recorrer em liberdade. Os jurados

aceitaram todas as qualificadas apontadas pelo MPDFT: feminicídio, motivo torpe, meio cruel, dissimulação e crime praticado para assegurar impunidade de outro crime. Ele também foi sentenciado por tentativa de estupro, furto e ocultação de cadáver.

Maciel lembrou que a denúncia é o primeiro passo para combater o crime. “Punir entrega à vítima e sua família justiça. Punir mostra à sociedade que o crime não é aceitável, não é tolerável. A partir da punição podemos pensar em outras medidas”, declarou.

Das 58 denúncias oferecidas pelo MPDFT à Justiça, 29 autores foram condenados por feminicídio, um foi absolvido, outro impronunciado (quando o réu tem sua acusação rejeitada por um juiz, sem que seja julgado) e um terceiro condenado, porém — em seu caso — os jurados entenderam que não era feminicídio. Os outros 26 estão em fase de julgamento.

Para o promotor, a punição dos criminosos é necessária, mas não suficiente para combater o crime. “Precisamos seguir trabalhando, além da punição, com prevenção e educação. O objetivo é que não tenhamos feminicídios”, disse.



Ed Alves/CB/DA.Press



Kênia sobre a filha assassinada: “Só consigo me questionar: como viver uma vida sem Letícia?”

Onde pedir ajuda?

Ligue 190: PMDF. Serviço disponível 24h, todos os dias. Ligação gratuita. Ligue 197: Polícia Civil. WhatsApp: (61) 98626-1197

Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher, canal da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. A denúncia pode ser anônima, 24h, todos os dias. Ligação gratuita.

Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam)
Deam 1: EQS 204/205, Asa Sul.

Telefones: 3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673

Deam 2: St. M QNM 2, Ceilândia
Telefones: 3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Whatsapp: (61) 99656-5008 - Canal 24h

Secretaria da Mulher do DF
Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (Subev)
Telefones: 3330-3109/3118/3105

Subsecretaria de Promoção das Mulheres (SUBPM)
Telefone: 3330-3116 / 3148

Casa da Mulher Brasileira
3371-2897

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)
3343-6086 e 3343-9625

Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Mulher (Nudem)
Telefones: (061) 3103-1926 / 3103-1928 / 3103-1765
WhatsApp (61) 999359-0032

Burocracia beneficia réu

» Mayara de Souza Lisboa Azevedo foi assassinada com sete tiros quando saía do banho, aos 22 anos, em 2 de novembro de 2010. Ela foi morta em Santa Rita de Cássia, interior da Bahia, pelo marido, Igor Azevedo Bomfim.

» Foram necessários 14 anos para que o acusado fosse preso. A demora se baseou na tese desumanizadora “legítima defesa da honra”, julgada inconstitucional somente em agosto de 2023. Souza foi capturado em 15 de novembro pela PM, no Guarã 1. Porém, ele foi solto, na última terça-feira.

» A defesa dele entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal alegando “prejuízo processual”. O argumento apontou um possível erro no julgamento. Os advogados sustentaram que o Superior Tribunal de Justiça falhou ao considerar inadmissível um recurso especial.